

LUCIANO AMARO

# Direito Tributário Brasileiro

24<sup>a</sup> edição  
2021

saraiva  jur



Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 3º andar  
Bela Vista – SP – CEP 01310-100

**SAC** | [sac.sets@somoseduacao.com.br](mailto:sac.sets@somoseduacao.com.br)

<b>Direção executiva</b>	Flávia Alves Bravin
<b>Direção editorial</b>	Renata Pascual Müller
<b>Gerência de projetos e produção editorial</b>	Fernando Penteado
<b>Planejamento</b>	Josiane de Araujo Rodrigues
<b>Novos projetos</b>	Sérgio Lopes de Carvalho Dalila Costa de Oliveira
<b>Edição</b>	Clarissa Boraschi Maria (coord.) Daniel Pavani Naveira
<b>Produção editorial</b>	Daniele Debora de Souza (coord.) Estela Janiski Zumbano Verônica Pivisan Reis
<b>Arte e digital</b>	Mônica Landi (coord.) Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
<b>Projetos e serviços editoriais</b>	Daniela Maria Chaves Carvalho Kelli Priscila Pinto Laura Paraíso Buldrini Filogônio Marília Cordeiro Nicoly Wasconcelos Razuk
<b>Diagramação</b>	Lais Soriano
<b>Revisão</b>	Carolina Massanha
<b>Capa</b>	Tiago Dela Rosa
<b>Produção gráfica</b>	Mari Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
<b>Impressão e acabamento</b>	Gráfica Paym

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
ANGÉLICA ILACQUA CR8-8/7057**

Amaro, Luciano  
Direito tributário brasileiro / Luciano Amaro. – 24. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021.  
544 p.

Bibliografia  
ISBN 978-65-5559-298-6 (impresso)

1. Direito tributário – Brasil. I. Título.

20-0510 COD 340  
CDU 34:336.2(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito tributário : Brasil

**Data de fechamento da edição: 27-11-2020**

Dúvidas? Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606789 CAE 751935

## SUMÁRIO

<i>Alguns estudos do autor</i> .....	7
<i>Prefácio</i> .....	21

### Capítulo I – CONCEITO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Direito financeiro e direito tributário.....	23
2. Denominação do direito tributário.....	27
3. Direito tributário como ramo do direito público.....	27
4. Autonomia do direito tributário.....	28
4.1. Autonomia e especialização.....	30
4.2. Autonomia, modificação de conceitos de direito privado e interpretação do direito tributário.....	32
5. Relações do direito tributário com outros ramos do direito.....	33

### Capítulo II – CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO DOS TRIBUTOS

1. Noção de tributo.....	37
2. Conceito de tributo.....	40
2.1. Crítica do conceito legal de tributo.....	41
2.2. Nossa definição de tributo.....	47
3. Figuras tributárias.....	49
3.1. Rol de tributos na Constituição.....	50
3.2. Espécies tributárias no Código Tributário Nacional: o imposto.....	52
3.3. Espécies tributárias no Código Tributário Nacional: as taxas.....	53
3.3.1. Taxas de polícia.....	54
3.3.2. Taxas de serviço.....	56
3.3.3. Taxa e preço público.....	63
3.4. Espécies tributárias no Código Tributário Nacional: a contribuição de melhoria.....	68
3.5. Outras figuras tributárias.....	71

3.5.1. Pedágio .....	71
3.5.2. Empréstimo compulsório .....	73
3.5.3. Contribuições sociais, econômicas e corporativas ...	74
3.5.4. Contribuição para iluminação pública.....	79
4. Classificação das espécies tributárias .....	79
4.1. Insuficiência do critério legal de especificação dos tributos	79
4.2. O problema da classificação dos empréstimos compulsórios	82
4.3. O problema da classificação das contribuições .....	85
4.4. Súmula da doutrina sobre classificação dos tributos .....	87
4.5. Classificações bipartidas e pluripartidas.....	91
4.6. Razão histórica para o rol assistemático das espécies tribu- tárias .....	92
4.7. Classificação “financeira” e classificação “jurídica” das espécies tributárias.....	97
4.8. Destinação e regime jurídico do tributo .....	98
4.9. Nossa classificação das espécies tributárias .....	103
4.9.1. Impostos.....	103
4.9.2. Taxas.....	105
4.9.3. Contribuições .....	106
4.9.4. Empréstimos compulsórios .....	109
5. Outras classificações de tributos .....	110

### **Capítulo III – A COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA**

1. Discriminação constitucional de rendas .....	117
2. Classificação da competência tributária.....	119
3. Critérios de partilha da competência tributária.....	120
4. Exercício da competência tributária.....	124
5. Conceitos de outros ramos do direito usados na definição da competência tributária.....	126
5.1. O sentido léxico e a definição da competência tributária...	127

### **Capítulo IV – LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR**

1. As limitações do poder de tributar.....	129
1.1. Limitações do poder de tributar em normas infraconstitucionais.....	132
2. Princípios e normas de limitação do poder de tributar .....	134
3. Princípio da legalidade tributária e tipicidade .....	135
3.1. Reserva de lei formal e exceções.....	140
4. Princípio da irretroatividade da lei tributária.....	142

4.1. A irretroatividade relativa das leis .....	142
4.2. A irretroatividade da lei tributária .....	143
4.3. Irretroatividade e imposto de renda.....	144
5. Princípio da anterioridade da lei tributária .....	145
5.1. Anualidade e anterioridade.....	146
5.2. Conteúdo do princípio da anterioridade .....	149
5.3. Exceções ao princípio da anterioridade.....	150
5.4. Imposto de renda, irretroatividade e anterioridade.....	153
6. Princípio da isonomia ou igualdade tributária.....	160
6.1. Princípio da uniformidade .....	162
7. Princípio da capacidade contributiva .....	163
7.1. Efetivação do princípio e respeito aos direitos individuais	169
8. Princípio da vedação de tributo confiscatório.....	170
9. Princípio da liberdade de tráfico.....	171
9.1. Liberdade de tráfico e pedágio .....	173
10. Princípio da transparência dos impostos.....	173
11. Princípios e regras específicos de determinados impostos .....	174
12. Princípios tributários decorrentes da ordem econômica.....	175
13. Imunidades tributárias.....	177
13.1. As imunidades na seção das “Limitações do Poder de Tributar”	179
13.2. Outras imunidades no sistema tributário constitucional...	185
13.3. Outras imunidades fora do sistema tributário constitucional	187
14. Limitações de alíquotas .....	188
15. Limitações quanto à base de cálculo .....	190
16. Limitações à concessão de isenções e benefícios .....	190

## **Capítulo V – FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO**

1. Noção.....	191
2. A Constituição Federal .....	192
2.1. Emendas constitucionais .....	192
3. Leis complementares .....	193
3.1. Origem e características .....	193
3.2. Funções da lei complementar no direito tributário.....	194
3.3. A eficácia de lei complementar do Código Tributário Nacional .....	196
4. Leis ordinárias e atos equivalentes .....	198
4.1. Leis ordinárias .....	198
4.2. Leis delegadas.....	198

4.3. Medidas provisórias.....	199
5. Tratados internacionais.....	204
5.1. O tratado como lei especial .....	205
5.2. A questão do primado dos tratados .....	207
5.3. Tratado e tributo estadual ou municipal .....	211
6. Atos do Poder Executivo Federal com força de lei material.....	215
7. Atos exclusivos do Poder Legislativo .....	215
7.1. Resoluções .....	215
7.2. Decretos legislativos.....	216
8. Convênios .....	216
9. Decretos regulamentares.....	217
10. Normas complementares .....	218

## **Capítulo VI – VIGÊNCIA E APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

1. Vigência das leis .....	221
2. Regras gerais.....	222
3. Vigência no espaço .....	222
3.1. Leis estrangeiras .....	224
4. Vigência no tempo .....	225
4.1. Vigência e princípio da anterioridade .....	226
5. Aplicação da lei tributária.....	227
5.1. Aplicação retroativa da lei tributária .....	228
5.2. As chamadas leis interpretativas .....	229
5.3. A retroatividade benigna em matéria de infrações.....	231

## **Capítulo VII – INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEI TRIBUTÁRIA**

1. Noção de interpretação e de integração .....	233
2. Interpretação do direito tributário .....	235
3. Integração do direito tributário .....	238
3.1. Analogia .....	240
3.2. Princípios gerais de direito tributário .....	241
3.3. Princípios gerais de direito público .....	242
3.4. Equidade .....	243
4. Princípios gerais de direito privado .....	245
5. Conceitos de direito privado utilizados na definição da competência tributária.....	248

6. Interpretação literal.....	249
7. Interpretação benigna.....	250
8. A interpretação econômica do direito tributário.....	251
9. Economia legítima de tributo e evasão.....	257
10. Abuso de forma, abuso de direito, fraude à lei.....	259
11. A questão dos motivos extrafiscais como critério de “validade” da elisão.....	262
12. Licitude das formas e simulação.....	263
13. A dissimulação do fato gerador.....	267
14. A descon sideração da pessoa jurídica.....	269

## **Capítulo VIII – A OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA**

1. Noção de obrigação.....	273
2. Obrigação tributária.....	275
2.1. Natureza <i>ex lege</i> da obrigação tributária.....	276
2.2. Obrigação principal e obrigação acessória.....	277
2.2.1. Obrigação principal.....	277
2.2.2. O sentido da “accessoriedade” da obrigação dita acessória.....	279
2.3. Obrigação e fato gerador.....	280
2.4. Obrigação e patrimonialidade.....	281
2.5. Obrigações de adimplemento exigido pela lei e obrigações de adimplemento subordinado a providência do sujeito ativo.....	281

## **Capítulo IX – FATO GERADOR DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA**

1. Noção e espécies de fato gerador.....	283
2. Crítica e defesa da expressão “fato gerador”.....	285
3. Elementos do fato gerador do tributo.....	291
4. Fatos geradores instantâneos, periódicos e continuados.....	295
5. Momento da ocorrência do fato gerador.....	299
5.1. Fato gerador e atos sujeitos a condição.....	301
6. Fato gerador, presunções e ficções.....	301
7. Tributação de atos ilícitos e de atos ineficazes.....	303
7.1. Interpretação do fato gerador.....	305
8. Efeito do fato gerador.....	306
9. Incidência, não incidência, imunidade e isenção.....	307
9.1. Crítica do conceito de isenção como “exclusão do crédito tributário”.....	310

9.2. Regime jurídico da isenção.....	312
9.2.1. Revogação de isenção, incidência e anterioridade...	313
9.2.2. A revogação de isenção condicional e a prazo certo	315
9.3. Classificação das isenções.....	317

## **Capítulo X – SUJEITO ATIVO E PASSIVO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA**

1. Sujeito ativo da obrigação tributária .....	319
1.1. Competência tributária e sujeição ativa .....	320
1.2. Sucessão do sujeito ativo .....	322
1.3. Recepção da legislação de ente político desmembrado .....	324
2. Sujeito passivo da obrigação principal e da obrigação acessória	325
3. Contribuinte .....	327
3.1. Contribuinte e capacidade contributiva.....	328
3.2. Contribuinte como conceito jurídico-formal .....	329
3.3. Relação pessoal e direta do contribuinte com o fato gerador	330
4. Responsável .....	331
4.1. Responsável como “terceiro” .....	332
5. Sujeito passivo da obrigação principal e sanções pecuniárias....	333
6. As técnicas de definição do sujeito passivo responsável .....	335
7. A responsabilidade tributária no Código Tributário Nacional....	338
7.1. Limites à definição legal de responsabilidade tributária....	339
7.2. Terceiro responsável e “responsabilidade” do contribuinte...	341
7.3. Responsabilidade solidária .....	341
7.3.1. Efeitos da solidariedade .....	345
7.4. Responsabilidade por sucessão.....	347
7.5. Responsabilidade de “terceiros” .....	354
7.6. Responsabilidade “pessoal” de terceiros .....	355
8. Sujeição passiva e convenções particulares .....	357
9. Capacidade tributária .....	358
10. Domicílio tributário .....	359

## **Capítulo XI – LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO**

1. Nascimento da obrigação tributária e lançamento .....	361
2. Obrigação tributária e “crédito tributário” no Código Tributário Nacional .....	366
3. Conceito de lançamento.....	370
4. Natureza do lançamento .....	375



4.1. Lançamento como ato administrativo.....	375
4.2. Lançamento como ato vinculado.....	375
5. Moeda do lançamento.....	376
6. Lei aplicável ao lançamento.....	376
7. Inalterabilidade do lançamento.....	378
8. Modificação dos critérios jurídicos de lançamento .....	379
9. Modalidades de lançamento .....	385
9.1. Lançamento por declaração.....	386
9.2. Lançamento e revisão de ofício.....	388
9.3. Lançamento por homologação .....	391
9.4. A necessidade do lançamento.....	397
10. Lançamento e arbitramento .....	398
11. Efeitos do lançamento.....	399
12. Suspensão, extinção e “exclusão” do crédito tributário.....	401

## **Capítulo XII – SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA**

1. Obrigação tributária e exigibilidade.....	403
1.1. Suspensão da exigibilidade.....	404
2. Moratória e parcelamento .....	407
3. Depósito do crédito tributário.....	410
4. Reclamações e recursos administrativos.....	411
5. Liminar e tutela antecipada.....	411

## **Capítulo XIII – EXTINÇÃO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA**

1. Extinção da obrigação e extinção do crédito tributário .....	413
2. Extinção da obrigação acessória.....	415
3. Rol de causas extintivas do “crédito tributário” no Código Tributário Nacional.....	415
4. Pagamento.....	419
5. Consignação em pagamento .....	422
6. Decadência e prescrição .....	424
6.1. Os prazos extintivos no Código Civil de 1916 .....	424
6.2. A decadência e a prescrição no Código Civil de 2002 .....	429
6.3. Prazos extintivos no direito tributário.....	429
6.4. Decadência do direito de lançar .....	434
6.4.1. O prazo decadencial no lançamento por homologação .....	437
6.5. Prescrição da ação de cobrança.....	442

6.6. Prescrição e lançamento por homologação .....	445
6.7. Interrupção da prescrição .....	445

## **Capítulo XIV – REPETIÇÃO DO INDÉBITO TRIBUTÁRIO**

1. Pagamento indevido e restituição de indébito.....	447
2. O direito à restituição do indébito .....	448
2.1. Desnecessidade de prova do erro no pagamento .....	449
3. Hipóteses de restituição .....	450
4. Restituição de tributos indiretos .....	452
5. Restituição de juros e penalidades .....	455
6. Prazos extintivos .....	455
7. Restituição e compensação .....	458

## **Capítulo XV – INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS**

1. Infrações tributárias e sanções .....	459
2. Sanções criminais e administrativas .....	460
2.1. As “classificações” do direito penal .....	463
2.2. “Direito penal tributário” e “direito tributário penal”.....	464
2.3. Princípios comuns às sanções administrativas e penais .....	467
2.4. Objetivos comuns das sanções administrativas e penais .....	467
3. Infrações tributárias no Código Tributário Nacional .....	468
4. A figura do infrator no Código Tributário Nacional .....	470
5. Responsabilidade por infrações tributárias e intencionalidade...	472
6. Responsabilidade por infrações e dano.....	474
7. Responsabilidade pessoal do agente .....	475
7.1. Ilícitos criminais .....	476
7.2. Infrações de dolo específico .....	477
7.3. Ilícitos civis contra terceiros .....	478
8. Denúncia espontânea e exclusão da responsabilidade por infrações	479
8.1. Espontaneidade e investigação fiscal .....	480
8.2. Forma da denúncia.....	481
8.3. Denúncia espontânea e multa de mora .....	482
9. Anistia.....	483
9.1. Anistia e isenção .....	484
9.2. Anistia e remissão .....	484
9.3. Anistia e obrigações acessórias .....	485
9.4. Retrospectividade da anistia e isonomia.....	486
9.5. Anistia fiscal e dolo .....	486
9.6. Forma e formalidades da anistia .....	488

10. Crimes tributários .....	490
10.1. Crime fiscal e prisão por dívida .....	490
10.2. Histórico dos crimes fiscais .....	491
10.3. Crimes contra a ordem tributária .....	493
10.4. Depositário infiel .....	495
10.5. Pagamento do tributo e exclusão da punibilidade.....	495
10.6. Denúncia espontânea e exclusão da punibilidade.....	496

## **Capítulo XVI – GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO**

1. Noção.....	499
2. Responsabilidade patrimonial pelo crédito tributário.....	501
3. Presunção de fraude.....	502
4. Indisponibilidade de bens.....	504
5. Preferências do crédito tributário.....	505
6. Prova de quitação de tributos.....	507

## **Capítulo XVII – ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

1. Poderes das autoridades fiscais.....	509
1.1. Acesso a informações de interesse fiscal.....	510
1.2. Procedimento de fiscalização .....	512
1.3. Prestação de informações e sigilo fiscal .....	513
1.3.1. Oposição do dever de sigilo ao Fisco.....	513
1.3.2. Dever de sigilo do Fisco.....	514
2. Dívida ativa.....	515
3. Certidões negativas .....	515
<i>Bibliografia</i> .....	517